

Djalma Pinto



Direito Eleitoral

**Improbidade Administrativa e
Responsabilidade Fiscal – Noções
Gerais**

4ª Edição
Revista e Atualizada

SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. – 2008



Sumário

Nota à 4ª edição, XIII

Nota à 3ª edição, XV

- 1 INTRODUÇÃO: O DIREITO ELEITORAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE, 1
 - 1 A finalidade do Direito, 1
 - 2 Alternância do poder e golpe, 2
 - 3 A ruptura da democracia, 3
 - 4 A compreensão do Direito, 4
 - 5 O Direito Eleitoral e a fragilização do Direito brasileiro, 6
 - 6 A alegação de ausência de lei, 8
 - 7 Os efeitos do Direito mal concebido, 9
 - 8 A consolidação do Direito pelo bom exemplo e pela sanção, 10
 - 9 Responsabilidade de cada um pelos rumos do Direito, 12
- 2 O DIREITO ELEITORAL, 14
 - 1 Conceito, 14
 - 2 Conteúdo do Direito Eleitoral, 15
 - 3 Fontes do Direito Eleitoral, 16
 - 3.1 Regra jurídica e princípios, 19
 - 4 Autonomia do Direito Eleitoral, 24
 - 5 Objeto, 25
 - 6 Relação com os demais ramos do Direito, 26
 - 7 Interpretação, 26
 - 8 O Direito Eleitoral e os direitos fundamentais, 30
 - 8.1 O direito ao governante honesto, 32
 - 8.2 A análise da vida pgressa de quem postula mandato, 33

8.3 Presunção de inocência × vida pregressa, 35

- 3 ATUAÇÃO DA JURISDIÇÃO ELEITORAL, 41
 - 1 A Justiça Eleitoral, 41
 - 2 Órgãos da Justiça Eleitoral, 43
 - 3 Mesa receptora, 44
 - 4 A segunda instância eleitoral, 46
 - 5 Instância superior, 46
 - 6 Competência da Justiça Eleitoral, 51
 - 7 Competência dos Tribunais Regionais Eleitorais, 52
 - 8 Competência do Tribunal Superior Eleitoral, 53
 - 9 Competência para fixação do número de vereadores, 55
 - 10 Retrospectiva da atuação da Justiça Eleitoral, 58
 - 11 O abuso e a conquista do poder, 61
 - 12 O momento do afastamento do cargo, 63
 - 13 Súmula 1 do TSE, 65
- 4 OS DIREITOS POLÍTICOS, 68
 - 1 Conceito, 68
 - 2 Surgimento, 70
 - 3 Soberania popular, 70
 - 4 Banalização da expressão *soberania popular*, 73
 - 5 Povo, população e nação, 75
 - 5.1 População, 76
 - 5.2 Nação, 76
 - 6 Desvio de finalidade no exercício do mandato, 76
 - 7 Privilégios, 78
 - 8 Perda dos direitos políticos, 79
- 5 O POVO E SUA REPRESENTAÇÃO, 83
 - 1 A representação popular, 83
 - 2 Povo na democracia de Atenas, 84
 - 3 O poder do povo em Roma, 85
 - 4 A democracia com delegação de poderes, 89
 - 5 O mandato político no Brasil, 90
 - 6 A essência do mandato eletivo, 92
 - 7 O povo sem representantes, 94
 - 8 Reforma política, 95

6 ORGANIZAÇÕES PARTIDÁRIAS, 98

- 1 Os partidos políticos, 98
- 2 O programa, 100
- 3 Partido, sociedade e Estado, 102
- 4 A criação do partido no Brasil, 105
- 5 A representação partidária, 107
- 6 A ausência de cultura partidária, 109
- 7 Objetivo, 110
- 8 Natureza jurídica do partido político, 113
- 9 Autonomia dos partidos, 114
- 10 O partido político e o direito do filiado à legenda, 115
 - 10.1 A titularidade do mandato, 117
 - 10.2 Listas partidárias, 118
- 11 A competência para julgar demanda entre partido e filiado, 118
- 12 Mandado de segurança contra ato de partido, 122
- 13 Unipartidarismo e pluripartidarismo, 123
- 14 Partido, candidato e eleição, 124
- 15 Coligação, 125

7 PRINCÍPIOS ESSENCIAIS NA DEMOCRACIA, 130

- 1 O princípio da igualdade, 130
- 2 O princípio da legalidade administrativa, 136
- 3 O princípio da proporcionalidade, 138
- 4 O princípio da anualidade das normas que disciplinam o processo eleitoral, 141
- 5 Direito de oposição, 141
- 6 A desigualdade gerada pelo poder, 143

8 CAPACIDADE ELEITORAL, 145

- 1 Conceito, 145
- 2 Alistamento eleitoral, 147
- 3 Requisitos do alistamento eleitoral, 147
- 4 Fases, 149
- 5 Vedação ao alistamento, 149
- 6 Efeitos do alistamento, 150
- 7 Obrigatoriedade do alistamento, 150
- 8 Transferência, 150
- 9 Limitações pelo descumprimento do dever eleitoral, 151

10 Cancelamento e exclusão, 153

9 ELEGIBILIDADE, 157

- 1 Conceito, 157
- 2 Requisitos, 158
- 3 Filiação partidária, 160
- 4 Domicílio eleitoral, 162
- 5 Inelegibilidade, 164
- 6 Prazos para desincompatibilização, 168
- 7 Registro da candidatura, 172
- 8 Substituição de candidato, 174
- 9 Impugnação do registro da candidatura, 177

10 SISTEMAS ELEITORAIS, 179

- 1 Conceito, 179
- 2 Sistema majoritário, 180
- 3 Sistema proporcional, 181
- 4 Sistema misto, 186
- 5 Cláusula de barreira, 186
- 6 Eleição, 189
- 7 Voto, 192
- 8 Votação, 192
- 9 Voto eletrônico, 194
- 10 Sufrágio, 195
- 11 Classificação do sufrágio, 196
- 12 Valor do sufrágio, 197
- 13 Escrutínio, 198

11 PROCESSO ELETIVO, 199

- 1 Período eleitoral, 199
- 2 Processo eleitoral, 203
- 3 Investigação judicial eleitoral, 205
- 4 Abuso do poder econômico, 210
- 5 Nexo de causalidade, 212
- 6 Captação ilícita de sufrágio, 215
- 7 A constitucionalidade do art. 41-A, 219
- 8 Ação de impugnação de mandato eletivo, 225
 - 8.1 Condução da testemunha, 230

- 9 Hipóteses de condutas vedadas, 231
 - 9.1 Condutas vedadas, 233
 - 9.2 Procedimento para apuração, 234
 - 9.3 Bens públicos, 237
- 12 PROPAGANDA ELEITORAL, 241
 - 1 Propaganda política, 241
 - 2 Propaganda eleitoral, 242
 - 2.1 Propaganda lícita, 246
 - 2.2 Propaganda crimínosa, 249
 - 2.3 Propaganda irregular, 250
 - 3 Propaganda partidária, 252
 - 3.1 Propaganda intrapartidária, 256
 - 4 Propaganda institucional, 256
 - 5 Época, técnica e liberdade de propaganda, 258
 - 6 Medidas processuais relativas à propaganda, 259
 - 7 Direito de resposta, 260
 - 8 Pesquisas eleitorais, 262
 - 9 Aplicação de recursos nas campanhas eleitorais, 265
 - 9.1 Requisitos para a arrecadação e gastos de recursos, 267
 - 9.2 Recibos eleitorais, 268
 - 9.3 Comitê financeiro, 269
 - 9.4 Origem dos recursos, 270
 - 9.5 Doações eleitorais, 271
 - 9.6 Comercialização de bens, 272
 - 9.7 Data-limite para arrecadação e realização de despesa, 272
 - 9.8 Gastos eleitorais, 274
 - 9.9 Doação de candidato a candidato, 275
 - 9.10 Prazo para prestação de contas, 276
 - 9.11 Efeitos da desaprovacão das contas, 277
 - 9.12 Legitimação para propositura da ação por gasto irregular em campanha, 279
 - 9.13 A constitucionalidade do art. 30-A, 281
- 13 RECURSOS ELEITORAIS, 283
 - 1 A inércia da jurisdição, 283
 - 2 Recurso no Direito Eleitoral, 284
 - 3 Sucumbência ou lesividade da manifestação recorrida, 285

- 4 Efeitos suspensivo, devolutivo e translativo, 285
- 5 Prazo, 289
- 6 Tipos de recurso, 290
- 7 Recurso contra a diplomação, 292
- 8 Juízo de admissibilidade, 298
- 9 Recurso especial, 300
 - 9.1 A demonstração da configuração de violação da lei, 304
 - 9.2 Matéria de fato e valoração da prova, 305
- 14 O MINISTÉRIO PÚBLICO NA JURISDIÇÃO ELEITORAL, 307
 - 1 Conceito, 307
 - 2 Funções, 307
 - 3 Posição institucional, 308
 - 4 Órgãos e composições, 308
 - 5 Competência, 309
 - 6 Papel do Ministério Público contra os abusos de poder, 309
 - 7 Sanções penais e sanções de inelegibilidade, 310
 - 8 Participação do Ministério Público para preservação da lisura do processo eleitoral, 311
 - 9 Ministério Público e partidos políticos, 312
- 15 CRIMES ELEITORAIS, 314
 - 1 Conceito de crime, 314
 - 2 Crimes eleitorais, 316
 - 3 Natureza dos crimes eleitorais, 320
 - 4 Classificação e espécies, 321
 - 5 Conexão dos crimes eleitorais, 322
 - 6 Competência para julgamento, 324
 - 7 Prescrição, 327
 - 8 Penas nos crimes eleitorais, 329
 - 9 Titularidade da ação penal eleitoral, 331
 - 10 Princípios no processo penal eleitoral, 332
 - 11 Competência para realização do inquérito, 335
- 16 NULIDADE, 337
 - 1 Nulidade, 337
 - 2 Nulidade em Direito Eleitoral, 339
 - 3 Nulidade da votação, 342

- 17 MORALIDADE ADMINISTRATIVA, 349
 - 1 Moralidade, 349
 - 1.1 A constitucionalização da moral e a corrupção, 353
 - 2 Ética, 357
 - 3 O bom exemplo como fator de propagação da ética, 360
 - 4 *Impeachment* por improbidade administrativa, 362
 - 5 *Impeachment* de ministro do STF, 363
 - 6 *Impeachment* do Presidente da República, 367
 - 7 *Impeachment* de governadores, 370
 - 8 *Impeachment* na órbita municipal, 372
 - 9 Ilícitos cometidos por prefeitos, 376
 - 10 Afastamento do cargo no início do processo de cassação, 378
 - 11 Competência para julgamento após o afastamento da função, 381
 - 12 Crime de responsabilidade e Lei de Improbidade, 383
- 18 IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, 387
 - 1 Improbidade administrativa, 387
 - 2 A exigência de coisa julgada, 397
 - 3 A ação de improbidade, 401
 - 4 Foro competente, 403
 - 5 Prescrição, 403
 - 6 Ação popular × ação de improbidade, 404
 - 7 Ação civil pública, 408
 - 8 Denúncia caluniosa, 410
 - 9 Aprovação das contas pela Câmara nos casos de improbidade, 411
 - 10 A improbidade por não-aplicação de 25% na educação, 413
- 19 RESPONSABILIDADE FISCAL, 417
 - 1 Antecedentes, 417
 - 2 Responsabilidade, 418
 - 3 A Lei de Responsabilidade Fiscal, 420
 - 4 Equilíbrio entre receita e despesa, 422
 - 5 Limites da despesa com pessoal, 422
 - 6 Participação popular e transparência na despesa, 424
 - 7 Autoridades sujeitas à Lei de Responsabilidade Fiscal, 425